



GLOBALIZAÇÃO E BIOPIRATARIA¹

Marcelo Matte Sagave²

O Estado-Nação está em crise e esta situação vai ao encontro de um contexto de dominação no qual o alvo que encontra-se em primeiro plano é o próprio Estado. Este sucumbe diante do poder exercido pelos detentores do capital volátil do mundo globalizado. Para esse capital não existem fronteiras e, com um simples acionar de botões, a alteração de seus rumos pode modificar o destino de nações inteiras. Estes vultosos montantes de dinheiro encontram-se concentrados sob o domínio de algumas grandes corporações que detêm, dentre outras coisas, o controle sobre a tecnologia existente no mundo atual. As grandes corporações vivem em guerra pelo domínio absoluto dessas tecnologias, sendo um setor muito disputado aquele referente às tecnologias necessárias para a manipulação genética. Essa luta remonta ao início dos processos de industrialização, onde a demanda passou a ser determinada pela capacidade de produção das indústrias. As grandes indústrias químicas trabalham a transgenia com o objetivo de dominar, com isso, todo o processo produtivo mundial, tornando o produtor impotente diante da efetivação dessa dominação. Neste sentido pode-se perceber os efeitos da Globalização, que mantém o Estado sob controle para que este não crie barreiras aos mecanismos viabilizadores dessa dominação. Antigamente acreditava-se que as nações podiam controlar sua economia, mas hoje, a economia está a um passo a frente de qualquer Estado. Por causa de sua velocidade, a economia não sofre restrições territoriais. As nações-estados estão desgastadas, sem que haja causas totalmente definidas e compreendidas. A Globalização é a nova desordem mundial, contexto no qual Estado e Soberania Territorial passaram a ser considerados sinônimos. Mesmo assim, foram poucas as vezes que a ordem foi alcançada através do Estado. O seu papel foi afetado e o tripé no qual se apoiava deixou de ser viável. Por isso os Estados precisaram buscar alianças que fizeram com que abrissem mão, voluntariamente, de partes cada vez maiores de sua soberania e, com a morte da soberania Estatal, os Estados passaram a buscar a igualdade entre si. Dos três pés da soberania, o referente à economia foi o mais abalado, pois as economias tidas como nacionais não são mais percebidas como tal, além de terem que se adequar à globalização. Neste contexto, o poder do Estado resume-se à repressão da sua população para possibilitar segurança às mega-empresas. Com isso o Estado tornou-se impotente no que diz respeito à economia, pois, pelo fato do volume de movimentações financeiras especulativas representarem praticamente o montante das reservas de todos os bancos centrais do mundo, ele não suporta por mais de alguns dias às pressões do mercado. Em contraposição aos pilares da soberania do Estado, podem-se verificar os pilares da globalização, que são a tirania do dinheiro e a tirania da informação. Neste contexto ocorre o encolhimento do Estado e a ampliação da pobreza, fazendo com que as grandes empresas passem a dominar cada vez mais a vida da sociedade. Aqui entram as questões da transgenia, das patentes de OGMs e da biopirataria, que têm por objetivo tornar os produtores rurais cada vez mais dependentes dessas empresas. Os organismos transgênicos são os animais ou vegetais que contêm material genético tirado de outras espécies através de técnicas da engenharia genética. A biopirataria é uma prática ilegal que extravia para o mundo



afora nossas riquezas ambientais (da flora, das águas e da fauna). Os conflitos desencadeados pelo tratado do GATT, pelo patenteamento de formas de vida e de conhecimentos indígenas e pela engenharia genética, estão assentados em processos que podem ser resumidos e simbolizados como a segunda chegada de Colombo, que é viabilizada pelas Patentes e os Direitos de Propriedade Intelectual. Depois de 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América, ainda percebemos resquícios da dominação dos colonizadores autorizados pela coroa e pela Igreja. O que antes servia para abastecer os estoques dos monarcas europeus, da nobreza e da Igreja, hoje serve para alimentar as grandes corporações e suas indústrias biotecnológicas com o intuito de monopolizarem o mercado global referente aos OGMs. Neste contexto a patente tornou-se uma forma de controlar e manter o mercado ao invés de premiar o inventor. Com esse objetivo pode-se suprimir qualquer entrave à patenteação, inclusive do ser vivo. Quase não há mais limites. O cerne da questão das patentes é o livre comércio imposto ao mundo pela globalização econômica, tanto que o consumo de OGMs é incentivado pelo mercado, em detrimento dos interesses dos consumidores e dos agricultores, que passam a ser fornecedores de matéria-prima para essas empresas. Assim que a sociedade pós-moderna molda seus membros: como consumidores, tanto que a necessidade do consumidor é estimulada ao extremo antes mesmo da produção ser efetivada. Nesta sociedade as relações econômicas assumem formas implacáveis quando a técnica é utilizada para produzir a globalização. Incluída na técnica encontra-se a transgenia, resultante da engenharia genética e garantida por meio de patentes. Essa é considerada um impacto negativo sobre o meio ambiente quando os organismos geneticamente modificados – OGMs – resultantes de sua pesquisa e do seu desenvolvimento são introduzidos na agricultura. Mesmo assim, nos EUA já houve 500 liberações de OGMs, demonstrando que o meio ambiente equilibrado não é prioridade quando há altas cifras envolvidas. A Monsanto e a Ciba Geigy, para vender mais Roundup® e Basta®, modificaram geneticamente plantas agrícolas de forma a torná-las tolerantes aos seus agrotóxicos, mesmo podendo ter consequências danosas futuramente. Por tais produtos geneticamente modificados, a Monsanto cobra uma taxa referente à tecnologia e restringe a utilização da semente geneticamente modificada para somente uma safra. Com isso o consumo desses produtos, monopolizados pelas referidas empresas, está garantido, pois os agricultores não têm outra maneira de plantar senão adquirindo essas sementes. O que resta nesses casos é um custo social e ecológico a ser suportado pela sociedade em geral e pelos agricultores em particular. O Estado deveria proteger o seu cidadão da ação dessas multinacionais, mas é impotente contra elas. Por isso deve-se questionar a globalização e seus resultados, apresentando alternativas e resistência às orientações do mercado. A crise vivenciada pelo Estado-Nação é resultado da globalização econômica que prima pelo mercado em detrimento da soberania dos Estados. Neste contexto, pode-se dizer que a guerra das grandes corporações pelo domínio das tecnologias necessárias para que se possa manipular geneticamente organismos vivos está apenas no começo. A busca pela garantia de direitos sobre as inovações efetuadas é uma das frentes dessa batalha, e objetiva, primordialmente, o lucro por meio do domínio da vida. O resultado imediato dessa desmedida sede por tais domínios vai de encontro à qualidade de vida da população, que cada vez mais se percebe impotente diante das forças que comandam esse mundo. Resta-nos municiar constantemente todas as frentes de batalha existentes na atualidade para que nossa consciência fique sempre



tranquila pelo fato de não termos colaborado com essa nova colonização representada pela Biopirataria que vem a serviço da globalização.

¹ Trabalho realizado objetivando aprovação no componente curricular “Estado Nacional, Cidadania e Políticas de Desenvolvimento”, ministrado pelo professor Doutor Darcísio Corrêa no Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ.

² Mestrando em Desenvolvimento (Direito, Cidadania e Desenvolvimento) e pós-graduando em Direito Ambiental pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Advogado. E-mail: marcelo.sagave@terra.com.br